

*A Função Social do Historiador**

*Enrique Florescano***

A Octavio Paz

A história é a disciplina do “autoconhecimento humano (...) conhecer-se a si mesmo significa conhecer o que se pode fazer, e posto que ninguém sabe o que pode fazer até que o tenta, a única forma para que o homem saiba o que pode fazer é averiguar o que ele já tem feito. O valor da história, por conseguinte, consiste naquilo que nos ensina sobre o que o homem tem feito e, nesse sentido, sobre o que é o homem”.

R. G. Collingwood

Diferentemente do cientista, que no século XIX foi ungido com a auréola do gênio solitário, o historiador considerou-se, desde os tempos mais antigos, um devedor de seu grupo social. Ele conhece o ofício através dos ensinamentos que recebe de seus mestres. Aprende a arquitetura de sua disciplina desmontando e refazendo os modelos herdados de seus antepassados. Descobre os segredos da arte através da análise que faz das variadas técnicas desenvolvidas por seus colegas. Seus livros de cabeceira são obras escritas em línguas alheias à sua e nutridas por culturas as mais diversas.

Os desafios que lhe impõem seus companheiros de geração e a inexorável competição a que é submetido em nossos dias são os incentivos que

* A primeira versão deste ensaio foi publicada em francês e em inglês na revista *Diogenes*, Paris, Gallimard, 1994, nº. 168, pp. 43-51. O texto em espanhol apareceu na revista *Vuelta*, janeiro de 1995 (pp.15-20). Nos anos seguintes encontrei textos e idéias que complementavam ou enriqueciam minhas concepções acerca da função social do historiador. A versão atual incorpora essas descobertas.

** Estudou no Colégio do México e na Universidade de Paris-Sorbonne. Dirigiu o Instituto Nacional de Antropologia e História do México. Para muitos, é o mais importante historiador mexicano vivo. Entre suas obras, destaca-se *Memória mexicana*, Fondo de Cultura Económica, 1994.

o induzem a se superar. De fato, desde o momento em que escolhe a sua vocação até que aprende a processá-la, o historiador está rodeado de condicionantes sociais inevitáveis. De um lado, é um produto social, um resultado de diversas correntes coletivas; de outro, um indivíduo premido pelo desejo de superar heranças do passado e renovar seu ofício a partir dos desafios que lhe impõe o presente.

I

Quando o tapete mágico da história nos transporta a tempos já transcorridos e nos aproxima das tarefas que nossos antecessores atribuíram ao resgate do passado, percebemos que as funções da história têm sido variadas. Observamos, também, que boa parte dessa tarefa tem-se concentrado no objetivo de prover os grupos humanos de identidade, coesão e sentido coletivo.

Desde os tempos mais antigos, os povos que habitaram o território que hoje chamamos de México apelaram à recordação do passado para combater a caminhada destrutiva do tempo sobre as fundações humanas, para tecer solidariedades assentadas em origens comuns, para legitimar a posse de um território, para afirmar identidades enraizadas em tradições remotas, para sancionar o poder estabelecido, para respaldar — embasados no prestígio do passado — reivindicações do presente, para fundamentar num passado compartilhado a aspiração de construir uma nação ou, ainda, para dar sustento a projetos atirados à incerteza do futuro.²

Em todos esses casos, a função da história é dotar de identidade a diversidade de seres humanos que formavam a tribo, o povo, a pátria ou a nação. A recuperação do passado tinha por fim criar valores sociais compartilhados, inculcar a idéia de que o grupo ou a nação tinham uma origem comum, inculcar a convicção de que a semelhança de origens constitui um elemento de coesão entre os diversos membros do conjunto social para enfrentar as dificuldades do presente e assumir os desafios do futuro.

Dotar um povo ou uma nação de um passado comum e fundar nessa origem remota uma identidade coletiva é, talvez, a mais antiga e permanentemente função social da história. Foi inventada há muito tempo e continua vigindo nos tempos atuais. Como disse John Updike, o historiador mantém-se como o especialista da tribo encarregado de relatar aos demais o que

². Enrique Florescano, *Memoria mexicana*, México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

cada grupo precisa saber: “Quem somos? Quais foram nossas origens? Quem foram nossos antepassados? Como chegamos a este ponto ou a esta encruzilhada da história?”³

Essa função primordial explica quão atraentes são o relato histórico e sua vasta audiência, continuamente renovada. Atrai as pessoas comuns, bem como o curioso, porque o relato histórico os transporta ao misterioso lugar de suas origens. Seduz o auditório mais variado, porque o brinda com uma viagem a lugares remotos e se dispõe a esclarecer as origens do grupo. Ao criar uma ponte entre o passado distante e o presente incerto, o relato histórico estabelece uma relação de parentesco com os antepassados, próximos e longínquos, e um sentimento de continuidade no interior do grupo, do povo ou da nação. Ao dar testemunho das épocas infaustas ou dos anos de glória, ou ao rememorar os esforços realizados pela comunidade para defender o território e torná-lo próprio, cria laços de solidariedade e uma relação íntima entre os membros do grupo e o espaço por eles habitado.

II

Se de um lado, no entanto, a história nos introduz na identidade do grupo e na procura daquilo que nos é próprio, de outro nos obriga a registrar a diversidade do devir humano, nos leva ao reconhecimento do outro e, nesse sentido, nos torna partícipes de experiências não vividas, mas com as quais nos identificamos e formamos a nossa concepção da pluralidade da aventura humana.

Para o estudioso da história, o mergulho no passado é um encontro sempre passível de causar confusão entre formas de vida distintas, marcadas pela influência de diversos meios naturais e culturais. Em virtude desses

³. John Updike, “El escritor como conferenciante”, *La Jornada Semanal*, 19 de fevereiro de 1989. Nesse sentido, diz Owen Chadwick (*The secularization of the European mind in the 19th century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 189): “No human being is satisfied if he knows nothing of his father or mother. And no human society is content unless it knows how it came to be, and why it adopted the shape and the institutions which it finds. The European mind demands imperiously the perspective which history alone can give. *Nescire autem quid antiquan natus sis acciderit, id est semper esse puerum*, (Cícero, *Orator*, 120) — that is, you cannot even grow up without history.” Ou seja: “Nenhum ser humano fica satisfeito se nada souber de sua mãe ou de seu pai. E nenhuma sociedade humana fica contente a não ser que saiba como veio a ser e por que adotou a forma e as instituições que encontra. A mente europeia exige imperiosamente a perspectiva que só a história pode dar. *Nescire autem quid antiquan natus sis acciderit, id est semper esse puerum* (Cícero, *Orator*, 120) — isto é, não se pode nem mesmo deixar a infância sem a história.”

traços peculiares do conhecimento histórico, a prática da história pode ser entendida como o ofício da compreensão.

De fato ela obriga a um exercício de compreensão das ações e motivações de seres humanos diferentes de nós. E como essa tarefa se pratica para com grupos e pessoas que já não estão mais presentes, constitui, também, um exercício de compreensão do desconhecido.

Podemos dizer, então, que estudar o passado sugere uma abertura a outros seres humanos e nos obriga a transportar-nos a outros tempos, a conhecer lugares nunca vistos, a familiarizar-nos com condições de vida diferentes das atuais. Resumindo, o ofício de historiador exige uma curiosidade voltada para o conhecimento do outro, uma disposição para o encontro do inesperado, uma abertura ao que é diferente e uma prática de tolerância. Como adverte Owen Chadwick, o trabalho do historiador requer a humildade do coração e a abertura da mente, duas qualidades que proverbialmente são consideradas indispensáveis para a compreensão histórica.⁴

É verdade que nem todos os historiadores aparentam ter simpatia e disposição em face do desconhecido. No entanto, o conjunto dos que praticam esse ofício e os mestres mais eminentes nos mostram que a função de historiador, quando exercida com probidade, é uma abertura à compreensão e uma predisposição para se defrontar com o desconhecido.

III

Ao mesmo tempo que a imaginação histórica se esforça por reviver o que não mais existe e preservar aquilo que pouco a pouco esmaece, ela constitui, de outro lado, uma indagação sobre a transformação inelutável das vidas individuais, dos grupos, das sociedades e dos Estados. A história, diz-se, estuda as transformações dos indivíduos e das sociedades no tempo.

Boa parte dos instrumentos desenvolvidos pelo historiador para compreender o passado procuram detectar mudanças e transformações. Estudamos as mudanças instantâneas, quase imperceptíveis, que o dia-a-dia promove na existência individual e coletiva. Analisamos os impactos formidáveis produzidos pelas conquistas, pelas revoluções e pelas explosões políticas que deslocam grupos étnicos, povos e nações. No entanto, criamos também métodos refinados para estudar mudanças mais lentas que,

⁴ Owen Chadwick, *The secularization of the European mind in the 19th century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 3.

após milhares de anos, transformam a geografia, as estruturas econômicas, as mentalidades, ou mesmo as instituições que alastram sua existência atravessando a densidade dos séculos.

Graças ao exame desses diversos momentos de transitoriedade, o estudo da história nos impôs a obrigação de viver conscientemente a efemeridade da existência individual, a certeza de que nossos atos de hoje se apóiam na experiência do passado e haverão de se prolongar no futuro e a convicção de que fazemos parte do grande fluxo da história, de uma corrente maior pela qual transitam as nações, as civilizações e o conjunto da espécie humana. Ao reconstruir a memória das ações passadas, a história satisfaz uma necessidade humana fundamental: integra as existências individuais na corrente coletiva da vida. Como adverte Grahame Clark:

É próprio das sociedades humanas, ao contrário de outras espécies animais, estarem constituídas e motivadas, em grande parte, por uma cultura herdada. É comum aceitar que as atitudes e crenças dos seres humanos, assim como os modelos de conduta destas derivados, provêm do passado e que sua validade descansa, certamente, em sua antiguidade. Os seres humanos devem seu caráter distinto ao fato de compartilhar memórias sociais e sustentar valores herdados do passado.⁵

IV

Por outro lado, quando a investigação histórica analisa os diversos fatos passados, obriga-se a considerar cada um deles segundo seus próprios valores, que são precisamente os valores do tempo e do lugar em que eles ocorreram. Procedendo com este critério de autenticidade, o historiador confere a essas experiências uma significação própria e um valor duradouro. Deste modo, a história vem a ser o instrumento por meio do qual os atos do passado adquirem um significado singular e irreproduzível dentro do desenvolvimento humano geral. Por essa razão, as experiências individuais e os atos nascidos da intimidade mais recôndita se convertem em testemunhos imperecíveis, em rastros humanos que não envelhecem nem perdem valor com o passar do tempo.

Há séculos, ao observar esta capacidade recuperadora da história, o humanista Marsilio Ficino escreveu: “A história é necessária, não só para

⁵. Grahame Clark, *Space, time and man — A prehistorian's view*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 39.

tornar agradável a vida, mas também para conferir-lhe um sentido moral. O que é, em si, mortal, conquista por meio da história a imortalidade; o que está ausente, torna-se presente; o velho rejuvenesce.”⁶ Um século mais tarde, o frade franciscano Juan de Torquemada, ao escrever no México o prólogo de sua notável *Monarquía indiana*, reproduziu, com outras palavras, a sentença do humanista italiano. Dizia Torquemada:

A história é um grande e declarado inimigo da injúria dos tempos, sobre os quais claramente triunfa. É uma reparadora da mortalidade dos homens e uma recompensa para a efemeridade desta vida; porque se eu, lendo, consigo clara notícia dos tempos em que viveu o católico Rei Dom Fernando, ou seu neto, o Imperador Carlos V, o que tenho de menos hoje (em vista disto) do que se tivesse vivido em seus tempos?⁷

Por outro lado a história, ao revisar infatigavelmente os assuntos que obcecaram os seres humanos, despoja-os do sentido absoluto que um dia se lhes quis inculcar. Contra as pretensões absolutistas daqueles que desejaram impor uma só Igreja, um só Estado ou uma única ordem social a toda a humanidade, a história mostra, com a implacável erosão do tempo sobre as criações humanas, que nada do que tem existido no desenvolvimento social é definitivo, nem pode aspirar à eternidade. A história, adverte Hornung, “destrói, inexoravelmente, todos os valores ‘eternos’ e ‘absolutos’ e demonstra a relatividade dos referenciais absolutos que nos esforçamos por estabelecer”.⁸ Ao contemplar a natureza fugaz dos dados recolhidos pelo historiador, pelo etnólogo ou pelo analista do desenvolvimento social, tomamos consciência do caráter mutável das construções humanas e compreendemos, também, os impulsos insensatos que quiseram congelá-las no tempo e torná-las imunes ao passar dos dias.

V

Entre fins do século XVIII e meados do século XIX, era comum escutar nas salas de aula, em reuniões sociais ou em discursos que recorda-

⁶. Citado por Erwin Panofsky, *El significado en las artes visuales*, Madrid, Alianza Editorial, 1991, pp. 38-39.

⁷. Fray Juan de Torquemada, *Monarquía indiana*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1975-1983, 7 vols., vol. 1, p. XXVIII. Edição preparada pelo Seminário para o estudo de fontes de tradição indígena, sob a coordenação de Miguel León-Portilla. Veja também Alejandra Moreno Toscano, *Fray Juan de Torquemada y su monarquía indiana*, Xalapa, Universidad Veracruzana, 1963, p. 41.

⁸. Erik Hornung, *Les dieux de l'Égypte*, Paris, Flammarion, 1992, p. 233.

vam os feitos passados, que “a história é a mestra da vida”. Com esta frase se queria dizer que quem lia livros de história, ou examinava com atenção os fatos que haviam conduzido a tal ou qual resultado, podia utilizar esses conhecimentos para não incorrer nos mesmos erros de nossos ancestrais, ou para normatizar os atos da própria vida, apoiando-os nas experiências do passado. Como sabemos, Hegel desfez essa pretensão com uma sentença taxativa: “o que a experiência e a história nos ensinam é que os povos e os governos nunca aprenderam nada da história e nunca atuaram segundo as doutrinas que dela poder-se-ia ter extraído”. Em nosso tempo, Agnes Heller observou que os povos e os governos “não são crianças em absoluto, e para eles não existe um mestre chamado história”.⁹

Como reconhece Agnes Heller, se por um lado é verdade que não extraímos “lições da história”, por outro, estamos constantemente aprendendo com os fatos históricos. Os desafios da atualidade nos remetem, quase sempre, às encruzilhadas do passado e, muitas vezes, os acontecimentos passados servem de “princípios orientadores de nossas ações do presente.” No entanto, tudo isto nos leva à conclusão de que a “história não nos ensina nada”, uma vez que somos nós os que, aprendendo dela, nos ensinamos a nós mesmos.

A historicidade, a história, somos nós. Somos nós os mestres e os discípulos nesta escola que é nosso planeta (...). A história não “continua avançando”, porque não avança em absoluto. Somos nós que avançamos (...). Como disse Vico, só podemos entender um mundo que nós mesmos criamos. Não nos limitamos a andar tateando na escuridão. O raio que ilumina as zonas escuras do nosso passado é o refletor da nossa consciência.¹⁰

VI

De tempos em tempos considerava-se, principalmente em épocas de crises ou depois dos desastres provocados pelas guerras, se uma das funções da história não seria a de condenar os crimes e atos monstruosos cometidos no passado. Esta corrente uniu-se a outra, mais antiga, que considera a história como uma espécie de grande tribunal ao qual compete julgar o conteúdo moral das ações humanas. Lord Acton, por exemplo, afir-

⁹. Agnes Heller, *Teoría de la historia*, México, Fontamara, 1989, p. 165. Daqui foi tirada a citação de Hegel.

¹⁰. *Idem*, pp. 179 -180.

mava que “a inflexibilidade do código moral é o segredo da autoridade, da dignidade e da utilidade da história”. Apoiado neste raciocínio, quis fazer da história “um árbitro das controvérsias, um guia para o caminhante, a detentora da norma moral que tanto os poderes seculares como até os religiosos tendem a diminuir”.¹¹

Contra essa opinião manifestou-se a corrente que adverte que o historiador não é um juiz, nem lhe cabem razões morais para condenar seus antepassados. Benedetto Croce, um dos mais convictos defensores desta tese, argumentava da seguinte maneira:

A acusação esquece-se de que a grande diferença é que nossos tribunais (sejam jurídicos ou morais), são tribunais do presente, instituídos para homens vivos, ativos e perigosos, enquanto que aqueles outros homens já compareceram ante o tribunal de seus contemporâneos e não podem ser novamente condenados ou absolvidos. Não se pode fazê-los responsáveis diante de nenhum tribunal, pelo simples fato de que são homens do passado, que pertencem à paz do pretérito e, por estas razões, não podem ser mais que objetos da história, nem lhes cabe sofrer outro julgamento do que aquele que penetra e compreende o espírito de sua obra. Aqueles que, sob pretexto de estar narrando a história, se investem de juízes, condenando aqui e distribuindo sua absolvição acolá, pensando que tal é a tarefa da história, são geralmente reconhecidos como carentes de todo sentido histórico.¹²

Sir Isaiah Berlin, o eminente pensador inglês, concorda com esta idéia e, no entanto, pensa que nenhum “documento histórico que supere o simples relato de um cronista” pode evitar a expressão de conceitos valorativos. Acrescenta, ainda, que pedir aos “historiadores que tentem penetrar com a sua imaginação nas experiências dos outros e proibi-los de exercer a sua compreensão moral, significa convidá-los a dizer uma parte muito reduzida do que sabem e tirar todo significado humano de seu trabalho”.¹³ Ao refletir sobre esses temas instigantes e exigentes, Agnes Heller concluiu :

No nosso século, as catástrofes deram lugar a grandes esperanças para que novas catástrofes as esmagassem (...) O inferno da Primeira Guerra Mundial terminou com a promessa (...) de que aquela havia sido a última (conflagração). Das democracias e revoluções surgiram novas tiranias, a econo-

¹¹. Citado por Edward H. Carr, *Qué es la historia ?*, Barcelona , Editorial Seix Barral, 1970, pp. 102-103.

¹². Idem, p. 104.

¹³. Isaiah Berlin, *Libertad y necesidad en la historia*, Madrid, Revista de Occidente, 1974, p. 29.

mia se arruinou e o mundo se precipitou em uma nova guerra, na verdade mais terrível que a anterior. Os campos de concentração (...), as enormes fábricas de “processar a matéria-prima humana”, transformaram em frase amarga a suposta “superioridade” da cultura européia. Porém, desde as profundezas deste novo abismo (...), renasceram frescas as esperanças (...) Eis aqui a nossa história: em sua crua nudez é uma história de raras esperanças. Deve-se culpar disto o mundo ou as nossas esperanças? Se culparmos o mundo, culpamo-nos, posto que somos história. Se culparmos as nossas esperanças, culpamos o melhor que há em nós, que somos história. Buscar culpados é uma irresponsabilidade. O que se teria a fazer seria assumir responsabilidades. O que se tem de fazer é assumir responsabilidades.¹⁴

VII

Se é verdade que uma das tarefas que mais desvelam o historiador é a de corrigir as interpretações que distorcem o conhecimento fidedigno dos fatos históricos, não é menos certo que, em tempo algum, ele foi capaz de colocar um freio às imagens que ininterruptamente brotam do passado e se instalam no presente, ou às que cada um dos diversos atores sociais inventa ou imagina acerca do passado.

Queira ou não o historiador, o passado é um provedor inesgotável de modelos que influem na conduta e imaginação das gerações posteriores. Desde os tempos mais remotos, os mitos narraram a criação do universo e definiram também a relação entre os seres humanos, os deuses e a natureza. Eram mitos dedicados a fundar estilos de vida e legitimar o poder. Nestes relatos, a ordem do Universo e da vida humana era atribuída ao poder incomensurável do soberano. Na Mesoamérica, este modelo serviu de apoio à construção de numerosos reinos, fixou o arquétipo da figura do governante e, através das diferentes artes, multiplicou o ideal de vida preconizado nos mitos cosmogônicos. Na Mesopotâmia, os primeiros exemplos de escrita registram os inúmeros epítetos que acompanhavam o nome dos reis, dan-

¹⁴. Agnes Heller, *Teoría de la historia*, op.cit., pp. 275-276. Em nosso país [México, N. do T.], estas idéias são as que têm prevalecido. Entre os decanos do grêmio dos historiadores, Dom Silvio Zavala tem sido um de seus mais ardentes defensores. De outro lado, Edmundo O’Gorman tem repetido que a missão do historiador “consiste em dar explicações em nome dos mortos, não em repreendê-los”, ou em julgá-los. Contudo, a recente preparação e celebração do V Centenário do Descobrimento da América fez pouco caso dessa tradição. Em quase toda parte, mas principalmente na América espanhola, brotaram tribunais e juízes que condenaram os protagonistas da descoberta, da exploração e da conquista do território americano, derrubaram seus monumentos, queimaram suas efígies e impugnaram seu legado.

do conta também da angústia que invadiu o espírito de Gilgamesh ao contemplar, consternado, como a vida abandonava o corpo de seu amigo Enkidu. Nós esquecemos os adjetivos hiperbólicos que exaltavam os reis de Babilônia, mas cada geração que lê o poema de Gilgamesh lembra-se da imagem desolada do herói ante a intromissão inesperada da morte que lhe arrebatava a companhia do amigo incomparável.

Os cantos que Homero disseminou pela antiga Grécia difundiram imagens imperecedouras do herói guerreiro e do amigo fiel, dos instantes fragorosos das batalhas e das inevitáveis reviravoltas que os deuses impunham à conduta dos homens. Posteriormente, o gênio grego substituiu a explicação mítica do cosmo por uma análise fundamentada do desenvolvimento social, baseada num pensamento independente da religião e dotado de seus próprios conceitos e instrumentos de análise (Heródoto, Tucídides).¹⁵

Nesta tradição inspirou-se a corrente dedicada a extrair da história exemplos morais. Plutarco, o polígrafo grego que viveu entre os anos 50 e 126 d.C., transformou-se no primeiro mestre do gênero ao escrever biografias edificantes de seus antecessores da época clássica, assim como dos romanos que viveram os esplendores da República. Seguindo Platão, Plutarco pensava que as virtudes podiam ser ensinadas. A esse fim dedicou suas *Vidas paralelas*, uma galeria de homens ilustres que enaltecem os valores morais.¹⁶ No decorrer do tempo, esta obra veio a constituir-se no difusor dos princípios que nutriram a Antigüidade Clássica e no modelo mais imitado para a transmissão dos ideais de vida de outras épocas.

Durante a Idade Média, o triunfo do cristianismo fez da paixão de Jesus Cristo o relato mais celebrado. Pela primeira vez, difundiu-se, por todos os meios conhecidos, uma única mensagem religiosa e uma única forma de vida, ao mesmo tempo que se condenavam as experiências históricas distintas do cristianismo. O humanismo do Renascimento cancelou essa pretensão e inaugurou os tempos modernos. As *Vidas paralelas* de Plutarco conviveram então com as hagiografias de homens e mulheres piedosas. As estátuas de filósofos, estadistas e heróis da Antigüidade invadiram o espaço público. Os antigos cânones da arte clássica renasceram na vida

¹⁵. Ver Jean-Pierre Vernant, *Les origines de la pensée grecque*, Paris, Presses Universitaires de France, 1988.

¹⁶. Plutarco, *Vidas paralelas*, "Introdução" de Francisco Montes de Oca, México, Editorial Porrúa (Sepan Cuántos...), 1987.

mundana e no seio da própria Igreja. O apreço pelos valores clássicos produziu as primeiras coleções privadas de antigüidades e esta paixão levou à criação do museu de arte, o recinto onde o visitante pôde contemplar, pela primeira vez, obras maravilhosas criadas por seres que haviam vivido em tempos remotos.

A sensação de viver, simultaneamente, em espaços e tempos históricos diferentes foi acelerada pelos descobrimentos geográficos dos séculos XV e XVI. As viagens de Colombo e Magalhães, ao mesmo tempo que precisaram os confins geográficos do planeta, revelaram a diversidade do globo terrestre. O instrumento que difundiu esse novo universo, povoado por geografias, bestiários, civilizações, deuses e tradições diversas, foi o livro impresso. Pela primeira vez, o relato do viajante e do historiador registrou as peripécias da aventura humana nos cenários mais distantes, e as transmitiu a seres de outras culturas. Graças ao livro impresso, o cidadão de um determinado país pode ser contemporâneo de civilizações alheias e conhecer o percurso histórico de povos até então ignorados. Do livro, os temas e personagens históricos saltaram do centro das obras teatrais (William Shakespeare) à ópera (Cláudio Monteverdi, Haendel, Gluck, Wagner, Richard Strauss), ao romance histórico (Walter Scott), até invadir, em tempos mais próximos, a indústria do entretenimento e da nostalgia: o cinema, a televisão e as histórias em quadrinhos. A partir de então, o livro, o museu e os meios de comunicação de massa são os principais divulgadores das imagens e tradições do passado. São os instrumentos que completam e estendem a função social do historiador.

Hoje sabemos que os povos e os governos de alguns países hispano-americanos, asiáticos e europeus, ao enfrentarem diversas ameaças ao longo do século XIX, imaginaram antepassados que nunca existiram; inventaram laços de identidade com o propósito de unir populações de línguas e culturas diferentes; forjaram símbolos nacionais (o território, o folclore, a bandeira e o hino nacional), ou inauguraram monumentos, museus, cerimônias e panteões de heróis, contribuindo para a definição de emblemas e de princípios de legitimidade que serviram de sustento à nação e ao Estado nacional. Essas manipulações do passado criaram “comunidades imaginárias”, construções mentais que mais tarde desafiaram a compreensão e a análise do historiador, do sociólogo ou do estudioso dos sistemas políticos. Entre os instrumentos que mais se distinguiram na criação destes imaginários coletivos destaca-se um novo tipo de obras de caráter edificante: o tex-

to oficial de história, o mapa do território, o calendário cívico, os emblemas nacionais, os rituais públicos e o uso dos novos meios de comunicação.¹⁷

VIII

Outra função social desempenhada pela história provém dos hábitos estabelecidos por seus próprios praticantes. Nos dois últimos séculos, sobretudo neste que está por terminar, o estudo da história converteu-se, mais do que em memória do passado, em análise dos processos do desenvolvimento humano e reconstrução crítica do passado. Como disse Marc Bloch, “O verdadeiro progresso (na análise histórica) surgiu no dia em que a dúvida se fez ‘investigadora’ (...); em outras palavras, quando as regras objetivas elaboraram, pouco a pouco, a maneira de escolher entre a mentira e a verdade.”¹⁸

O relato histórico transformou-se num saber crítico, num conhecimento positivo da experiência humana, através da análise cuidadosa dos vestígios históricos e da submissão dos testemunhos a provas rigorosas de veracidade e autenticidade, atento principalmente ao *como* e ao *porquê* da ocorrência dos fatos. A investigação histórica estabeleceu, então, a regra que diz que “uma afirmação não tem direito de ser produzida se não puder ser comprovada”, advertindo-nos que “de todos os venenos capazes de viciar um testemunho, a impostura é o mais virulento.”

À medida que o historiador se propôs a ser mais cuidadoso na crítica e na escolha de suas fontes, ele aprimorou seus métodos de análise e aproveitou-se melhor das técnicas das ciências e das disciplinas humanistas. Transformou-se, assim, num impugnador das concepções do desenvolvimento histórico fundadas nos mitos, na religião, nos heróis providenciais, nos nacionalismos e ideologias de qualquer espécie. Deste modo, ao invés de procurar um sentido transcendente nos atos humanos, de legitimar o

¹⁷. Ver Josefina Vásquez, *Nacionalismo y educación en México*, México, El Colegio de México, 1970; David A. Brading, *Los orígenes del nacionalismo mexicano*, México, Secretaria de Educación Pública, 1972; Benedict Anderson, *Imagined communities*, Londres, Verso, 1991; Eric Hobsbawm e Terence Range (orgs.), *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983; E.J. Hobsbawm, *Naciones y nacionalismos desde 1780*, Barcelona, Ed. Crítica, 1992; Fernando Escalante, *Ciudadanos imaginarios*, México, El Colegio de México, 1992; François-Xavier Guerra (ed.), *Mémoires en devenir, Amérique Latine, XVIIe-XXe siècles*, Bordeaux, Maison des Pays Ibériques, 1994.

¹⁸. Marc Bloch, *Introducción al estudio de la historia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1952, p. 66.

poder ou de colocar-se a serviço das ideologias, a prática da história converteu-se em exercício crítico e desmitificador, em “empreendimento fundamentado na análise”, como dizia Marc Bloch.¹⁹

A pesquisa histórica, ao sofrer as pressões dessas demandas, abandonou as interpretações universais do desenvolvimento humano e dedicou-se a estudar, de maneira concreta, as ações dos atores individuais e coletivos, buscando explicar a conduta dos homens a partir de sua própria lógica, esforçando-se por compreender a mudança histórica a partir de seus próprios desenvolvimentos — ou seja, enquanto processos capazes de serem observados com os instrumentos analíticos criados pela inteligência e pelo saber positivo.

Poder-se-ia dizer, então, que o princípio que prevalece na investigação histórica de nossos dias é o que faz de sua prática um exercício racional, crítico, inteligente e compreensivo. Ou seja, a investigação histórica transformou-se num estudo sujeito às regras de ensaio e erro, próprias do conhecimento rigoroso.

Ainda que os historiadores deste século tenham sonhado, algumas vezes, em equiparar o conhecimento histórico ao científico, acabaram por reconhecer, após ensaios desafortunados, que a função da história não é a de produzir conhecimentos passíveis de comprovação ou refutação pelos métodos da ciência experimental. Ao contrário do cientista, o historiador, como o etnólogo ou o sociólogo, sabe que não pode isolar hermeticamente seu objeto de estudo, pois as ações humanas estão inextricavelmente vinculadas ao conjunto social que as conforma. E, diferentemente do historiador positivista, que achava possível explicar os fatos tal qual estes efetivamente ocorreram no passado, o historiador de nossos dias aceita que a objetividade é uma relação interativa entre as indagações que formula o pesquisador e seu objeto de estudo: “A validade desta definição provém mais da persuasão que da prova, mas sem prova não há relato histórico digno deste nome.”²⁰

Apesar dos diferentes enfoques e práticas que hoje opõem os diversos historiadores e escolas historiográficas, há consenso em que o objetivo principal da história é a produção de conhecimentos através do exercício

¹⁹. Idem, p. 16.

²⁰. Joyce Appleby, Lynn Hunt & Margaret Jacob, *Telling the truth about history*, New York, W.W. Norton and Company, 1994, pp. 260-261.

da explicação racional. Decifrar os enigmas da conduta humana e explicar o desenvolvimento social são indagações cujas respostas são presididas pela análise sistemática e pela explicação convincente.

IX

No entanto, e a despeito das pressões exercidas pelas ciências experimentais no campo da história, os praticantes deste ofício optaram por não fechar as portas aos legados da arte, dos humanistas e do sentido comum. Após longos e às vezes acalorados debates sobre os métodos científicos que conduzem ao verdadeiro conhecimento, os mestres do ofício propõem a prática rigorosa de algumas regras básicas. Dentre elas, destaco as seguintes :

Ignorar aqueles que querem colocar a história dentro de uma rígida camisa de força determinista, seja marxista, estruturalista ou funcionalista. Evitar as explicações monocausais. Afastar-nos da postura banal do antiquário, que investe seu tempo no passado pelo simples fato de que aí repousam dados cobertos pelo pó dos tempos. Recusar a classificação acadêmica que divide a história em campos, áreas, disciplinas e especialidades que fragmentam a compreensão do conjunto social e impedem o conhecimento e as articulações de sua evolução.

Vincular a história da vida material, a história social e a história dos produtos culturais à história política, à análise das estruturas profundas do poder, um dos campos do conhecimento histórico mais descuidados nas últimas décadas. Reconduzir a vida real dos seres humanos, dos grandes e dos pequenos, ao cenário social de onde foram expulsos pelos *ismos* que se impuseram ao longo deste século.²¹

Impor, como normas essenciais de comunicação, a clareza na linguagem e na expressão. Combater a tendência que procura fragmentar os historiadores em grupos cada vez menores, mais especializados e incomunicados. Reivindicar, enfim, a função central da história na análise do desenvolvimento social. Quiçá esta função se reduza a mostrar, ao amparo de dados fidedignos e de uma explicação racional, que a investigação histórica produz conhecimentos positivos que nos ajudam a compreender as condutas, as idéias, os legados e as aspirações profundas dos seres humanos. Finalmente, como observa E.H. Gombrich,

²¹. Lawrence Stone, "Una doble función. Las tareas en que se deben empeñar los historiadores en el futuro", *El País*, 29 de julho, 1993.

cada civilização concebe a história como uma busca de suas próprias origens. As culturas mais antigas receberam sua história na forma de mitos ou de relatos épicos, como os de Homero, e não é necessário destacar a importância que o culto dos antepassados e as reivindicações baseadas em origens remotas tiveram no desenvolvimento da historiografia. Daí que Huizinga tenha pensado que a descrição que melhor convém à história é aquela que a define como “a forma intelectual sob a qual uma civilização presta contas de seu próprio passado”.²²

(Recebido para publicação em janeiro de 1997)

²². Richard Woodfield (edit.), *The essential Gombrich*, Londres, Phaidon Press, 1996, p. 336.